

MEDIAÇÃO DA LEITURA E CIDADANIA CULTURAL: A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE EQUIDADE, PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM

*READING MEDIATION AND CULTURAL CITIZENSHIP:
THE SCHOOL LIBRARY AS A SPACE FOR EQUITY,
PARTICIPATION, AND LEARNING*

Silvana Cordeiro da Silva¹

DOI: <https://doi.org/10.46550/am.v7i1.43>

Resumo: Este artigo discute a mediação da leitura e o papel da biblioteca escolar como espaço de formação cultural, equidade e participação no ambiente educacional. Parte-se da compreensão de que a leitura, quando mediada de forma intencional, ultrapassa a dimensão instrumental da aprendizagem e se configura como prática social capaz de ampliar repertórios culturais, desenvolver pensamento crítico e fortalecer a cidadania. O estudo analisa a biblioteca escolar como ambiente pedagógico e cultural integrado ao projeto educativo, destacando sua contribuição para a democratização do acesso ao conhecimento e para a construção de trajetórias escolares mais inclusivas. A partir de abordagem teórica e reflexiva, fundamentada em autores que discutem leitura, mediação cultural e funções educativas da biblioteca escolar, o trabalho examina como práticas de mediação podem favorecer experiências leitoras significativas e ampliar a participação cultural dos estudantes. Também são discutidos os desafios relacionados à organização pedagógica da biblioteca, à continuidade das políticas de leitura e à necessidade de articulação entre acervo, mediação e currículo. Os resultados apontam que bibliotecas escolares estruturadas e integradas às práticas pedagógicas contribuem para fortalecer a cultura escrita, estimular a autonomia intelectual e ampliar oportunidades de aprendizagem. Conclui-se que a mediação da leitura constitui estratégia fundamental para promover equidade educacional e

1 Licenciatura Plena em Letras - Português/ Inglês pela Universidade Estadual de Goiás; Especialização em Neuropedagogia e Psicanálise - Faculdade Tecnológica de Palmas (2009). Mestrado em Ciências da Educação - Universidad Del Sol (UNADES -2026).

participação cultural, consolidando a biblioteca escolar como espaço democrático de formação e produção de conhecimento.

Palavras-chave: mediação da leitura; biblioteca escolar; cidadania cultural; formação leitora; educação.

Abstract: This article discusses reading mediation and the role of the school library as a space for cultural formation, equity, and participation within the educational environment. It is based on the understanding that reading, when intentionally mediated, goes beyond the instrumental dimension of learning and becomes a social practice capable of expanding cultural repertoires, developing critical thinking, and strengthening citizenship. The study analyzes the school library as a pedagogical and cultural environment integrated into the educational project, highlighting its contribution to democratizing access to knowledge and promoting more inclusive educational trajectories. Through a theoretical and reflective approach, grounded in authors who address reading, cultural mediation, and the educational functions of school libraries, the article examines how mediation practices can foster meaningful reading experiences and broaden students' cultural participation. The study also discusses challenges related to the pedagogical organization of the library, the continuity of reading policies, and the need to articulate collections, mediation practices, and the curriculum. The findings indicate that well-structured school libraries integrated into pedagogical practices contribute to strengthening written culture, encouraging intellectual autonomy, and expanding learning opportunities. It is concluded that reading mediation represents a fundamental strategy for promoting educational equity and cultural participation, consolidating the school library as a democratic space for knowledge formation and production.

Keywords: reading mediation; school library; cultural citizenship; reading education; education.

Introdução

A leitura ocupa lugar central na formação intelectual e cultural dos estudantes, especialmente quando compreendida como prática social que ultrapassa o domínio técnico da linguagem escrita. Nesse sentido, a escola assume papel fundamental na construção de experiências leitoras capazes de ampliar repertórios, desenvolver pensamento crítico e favorecer a participação cultural. A mediação da leitura emerge, portanto,

como estratégia pedagógica que articula acesso ao conhecimento, interpretação de textos e diálogo entre diferentes perspectivas culturais presentes na sociedade.

Nesse contexto, a biblioteca escolar constitui um espaço privilegiado para a promoção dessas experiências formativas. Quando integrada ao projeto pedagógico da escola, ela deixa de ser apenas local de armazenamento de livros e passa a funcionar como ambiente de aprendizagem, convivência intelectual e produção cultural. A organização do acervo, as práticas de mediação e as rotinas de uso do espaço podem favorecer o encontro entre estudantes e diferentes manifestações do conhecimento, fortalecendo a formação de leitores capazes de interpretar e produzir sentidos sobre o mundo que os cerca.

Além disso, a biblioteca escolar possui potencial para contribuir diretamente com a construção da cidadania cultural, ao ampliar o acesso a bens simbólicos historicamente restritos a determinados grupos sociais. Ao possibilitar o contato com obras literárias, textos científicos e narrativas diversas, o ambiente escolar favorece a valorização da pluralidade cultural e estimula a reflexão sobre diferentes experiências humanas. Dessa maneira, a mediação da leitura torna-se instrumento de democratização do conhecimento e de fortalecimento da participação social no interior da escola.

Entretanto, apesar de seu potencial educativo, a biblioteca escolar ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, à organização pedagógica e à continuidade das políticas de leitura. Em muitos contextos educacionais, o espaço permanece subutilizado ou desvinculado das práticas curriculares, o que limita sua capacidade de contribuir para a formação leitora dos estudantes. Tal cenário evidencia a necessidade de compreender a biblioteca como parte integrante do processo educativo, articulando mediação da leitura, planejamento pedagógico e políticas públicas voltadas ao direito à leitura.

Diante dessa realidade, torna-se relevante discutir o papel da mediação da leitura na construção de ambientes escolares mais democráticos e inclusivos. A presença de mediadores, professores e bibliotecários comprometidos com a formação cultural dos estudantes pode transformar a biblioteca em espaço de diálogo, pesquisa e produção de conhecimento. Nesse sentido, práticas como rodas de leitura, clubes literários e projetos investigativos contribuem para fortalecer vínculos entre leitura, aprendizagem e participação cultural no cotidiano escolar.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a mediação da leitura na biblioteca escolar como estratégia de promoção da cidadania cultural, da equidade educacional e da participação discente. Ao discutir o papel formativo das bibliotecas escolares e sua relação com políticas públicas e práticas pedagógicas, busca-se compreender de que maneira esses espaços podem contribuir para a construção de uma escola mais democrática, na qual o direito à leitura se converta em experiência cotidiana de aprendizagem, diálogo e formação cidadã.

A biblioteca escolar como espaço formativo, cultural e democrático

A biblioteca escolar, quando assumida como parte do projeto pedagógico, deixa de ser sala de livros e torna-se território formativo. Ali se organiza a relação entre leitura, pesquisa e convivência, com rotinas que favorecem autonomia intelectual e pertencimento. Ao abrir espaço para diferentes linguagens, o ambiente amplia repertórios e cria condições para que aprender não seja apenas cumprir tarefas, mas experimentar cultura, diálogo e sentido coletivo, com acolhimento e escuta no cotidiano escolar. Com isso, o espaço ganha centralidade na vida escolar.

Tratar a biblioteca como espaço cultural implica reconhecer que a formação leitora envolve tempo, mediação e acolhimento. Em muitas escolas, a democratização do acesso ainda convive com usos pontuais e com a ideia de que a leitura é um “extra”. A perspectiva democrática exige continuidade, diversidade de acervos e práticas que aproximem estudantes, famílias e comunidade. Assim, a biblioteca funciona como ponte entre currículo e mundo vivido, fortalecendo cidadania, participação e responsabilidade pública. Isso requer gestão comprometida e continuidade nas ações.

A dimensão pedagógica da biblioteca se consolida quando sua organização dialoga com o planejamento docente e com metas de aprendizagem. Nesse percurso, conforme Nascimento (2022), a função pedagógica não se limita à guarda do acervo, pois envolve ações intencionais de orientação leitora, acompanhamento e integração ao currículo. Ao colocar a leitura em circulação, a escola reduz barreiras simbólicas, amplia oportunidades e produz trajetórias escolares mais consistentes, com apoio contínuo. Assim, garante-se tempo pedagógico, equipe e avaliação do uso do espaço.

A biblioteca também é espaço de convivência intelectual, onde a leitura pode gerar debate, escuta e construção coletiva. Nesse sentido, torna-se decisivo compreender a biblioteca como ambiente que promove “ações pedagógicas na biblioteca” (Félix; Duarte, 2013), articulando práticas culturais e escolares. Quando projetos de leitura dialogam com temas locais e com diferentes vozes, o espaço se torna vivo e democrático, favorecendo pensamento crítico, autoria discente e participação informada. Nesses termos, a leitura deixa de ser atividade decorativa na escola.

Para que esse potencial se realize, é necessário enfrentar a visão instrumental que reduz a biblioteca ao empréstimo. A mediação qualificada cria itinerários de leitura, incentiva a pesquisa orientada e ajuda o estudante a interpretar informações em tempos de excesso de conteúdos. Ao mesmo tempo, a biblioteca pode acolher narrativas diversas e promover experiências estéticas, fortalecendo sensibilidade ética e respeito às diferenças. Assim, forma-se comunidade leitora que aprende em conjunto e sustenta vínculos. Para tal, é vital coordenação entre setores.

A literatura sobre biblioteca escolar aponta que suas funções se estendem para além do ensino de conteúdos. Nessa direção, segundo Lipinski e Cristovam (2021), a biblioteca atua como agente que potencializa o ensino-aprendizagem ao articular dimensões educativa, cultural e social. Ao integrar leitura, projetos e convivência, o espaço favorece competências de linguagem e argumentação, além de estimular curiosidade e prazer de aprender, condição importante para permanência e engajamento. Desse modo, mediação, acervo e gestão caminham articulados, com metas claras.

A perspectiva democrática também exige pensar acessibilidade como princípio, e não como adaptação tardia. Materiais em diferentes formatos, recursos de tecnologia assistiva e mobiliário adequado ampliam o direito de participação. Quando o acervo representa identidades e contextos, reduz-se a sensação de não pertencimento, especialmente em territórios vulnerabilizados. Nessa lógica, a biblioteca se torna serviço público escolar, capaz de criar rotinas de acolhimento e orientar o uso crítico da informação, com responsabilização. Pede registro de uso e diálogo.

No plano internacional, diretrizes reforçam que bibliotecas escolares precisam de padrões mínimos para cumprir sua função pública. Assim, a UNESCO (2016) destaca “school library guidelines” como referência de qualidade, indicando que organização, acervo, serviços e mediação devem sustentar o aprendizado. Quando tais orientações são traduzidas em ações

concretas, a biblioteca deixa de depender de improvisos e passa a integrar processos de planejamento e avaliação, com foco em aprendizagem e equidade. Com base nisso, definem-se padrões e rotinas institucionais.

A biblioteca escolar pode operar como laboratório de cidadania cultural, ao promover encontros com literatura, ciência e memória comunitária. Clubes de leitura, rodas de conversa e projetos de pesquisa com fontes locais ajudam estudantes a produzir sentidos sobre sua realidade. Ao circular narrativas, o espaço amplia a capacidade de argumentar e de conviver com divergências, estimulando práticas democráticas. Dessa forma, a biblioteca contribui para uma escola mais aberta, crítica e comprometida com a formação integral e a participação social. e dá sentido.

Quando a biblioteca é integrada ao cotidiano, ela favorece o desenvolvimento de hábitos de estudo e de investigação. A pesquisa orientada ensina a selecionar fontes, comparar versões e reconhecer desinformação, habilidade essencial na vida social. Além disso, o contato regular com livros e outros suportes fortalece vocabulário, compreensão e repertório cultural. Ao criar rotinas previsíveis de uso, a escola oferece estabilidade pedagógica e afetiva, sustentando engajamento e melhorando a experiência escolar em diferentes turmas. Amplia a confiança do estudante.

A relação entre biblioteca e equidade depende de políticas e de práticas coerentes. Nesse horizonte, conforme a UNESCO (1994), a escola deve ampliar condições para atender necessidades educativas diversas, articulando acessibilidade e participação em ambientes comuns. Do mesmo modo, segundo a UNESCO (2016), a biblioteca escolar integra a qualidade educacional quando oferece serviços planejados e orientados ao aprendizado. Ao combinar esses referenciais, a gestão fortalece direitos culturais e promove oportunidades mais justas, com acompanhamento contínuo.

Portanto, a biblioteca escolar é espaço formativo, cultural e democrático quando se organiza com intencionalidade, continuidade e participação. Sua potência surge do encontro entre acervo diverso, mediação qualificada e vínculo com o currículo, evitando usos periféricos. Ao promover leitura, pesquisa e convivência, o ambiente produz pertencimento e amplia oportunidades de aprendizagem. Assim, fortalece-se cultura escolar em que o direito à leitura se converte em experiência cotidiana, crítica, inclusiva e humanizadora, sustentada por rotinas e cuidado.

Políticas públicas, direito à leitura e universalização das bibliotecas escolares

A universalização das bibliotecas escolares tornou-se tema central nas políticas educacionais contemporâneas, pois o acesso à leitura constitui condição essencial para participação social e exercício da cidadania. Nesse contexto, a biblioteca precisa ser compreendida como serviço educacional permanente, capaz de articular livros, informação e práticas culturais no cotidiano escolar. Sem essa perspectiva estruturante, muitas iniciativas permanecem fragmentadas, dependentes de projetos isolados e distantes das necessidades formativas dos estudantes e da comunidade escolar.

No cenário brasileiro, o debate sobre bibliotecas escolares revela desigualdades históricas entre redes de ensino e territórios educacionais. Algumas instituições dispõem de acervo diversificado e espaços adequados, enquanto outras ainda enfrentam carências estruturais que limitam o acesso à leitura. A universalização, portanto, exige políticas públicas consistentes que contemplem infraestrutura, acervo, formação profissional e gestão pedagógica. Somente a integração desses elementos permite transformar a biblioteca em ambiente ativo de aprendizagem e produção cultural.

A criação de marcos legais representou passo importante para consolidar o direito à leitura no país. Nesse sentido, conforme Brasil (2010) estabelece ao propor a universalização das bibliotecas escolares, a política educacional reconhece esses espaços como parte integrante do processo formativo. Tal diretriz implica planejamento institucional, investimento contínuo e definição clara de responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública, garantindo que a biblioteca seja efetivamente incorporada ao cotidiano pedagógico das escolas.

O debate sobre políticas de leitura também envolve a articulação entre diferentes setores da gestão educacional. Bibliotecas escolares não podem ser pensadas isoladamente de programas de formação docente, aquisição de livros e organização curricular. A ausência de coordenação administrativa e pedagógica tende a produzir iniciativas dispersas e pouco eficazes. Assim, a universalização requer planejamento estratégico capaz de integrar infraestrutura, acervo e mediação cultural ao projeto educativo das escolas.

A dimensão normativa dessas políticas ganha relevância ao afirmar que a presença de bibliotecas constitui um direito educacional. Nesse horizonte, ao defender a “universalização das bibliotecas nas instituições

de ensino do País” Brasil (2010) estabelece um compromisso público que ultrapassa a simples criação de espaços físicos. A norma indica a necessidade de condições materiais e pedagógicas capazes de assegurar acesso efetivo à leitura, à informação e às práticas culturais no ambiente escolar.

Além do marco legal, políticas de leitura dependem de continuidade administrativa e financiamento adequado. A ausência de planejamento de longo prazo frequentemente compromete a consolidação de bibliotecas escolares, transformando iniciativas promissoras em experiências pontuais e desarticuladas. Nesse contexto, a construção de políticas públicas eficazes requer diálogo entre gestores, educadores e comunidade escolar, garantindo que a biblioteca se integre de forma permanente às práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

A consolidação do direito à leitura exige articulação entre diferentes programas governamentais. Conforme Brasil (2014) orienta ao estruturar o Plano Nacional do Livro e Leitura, a promoção da cultura escrita depende da cooperação entre setores educacionais e culturais. Além disso, segundo Sala e Militão (2020), as políticas públicas de leitura ainda enfrentam desafios relacionados à continuidade administrativa e à coordenação institucional, evidenciando a necessidade de planejamento integrado e sustentado.

Outro aspecto relevante refere-se à qualidade dos serviços oferecidos pelas bibliotecas escolares. Não basta garantir a existência do espaço físico; é necessário assegurar acervos atualizados, diversidade de materiais e práticas de mediação que estimulem o interesse dos estudantes pela leitura. A biblioteca, nesse sentido, deve funcionar como ambiente de encontro entre conhecimento, cultura e experiência social, fortalecendo a formação crítica e a autonomia intelectual no cotidiano escolar.

A universalização das bibliotecas escolares também envolve o reconhecimento da diversidade sociocultural presente nas comunidades educativas. Esses espaços podem ampliar a representação de diferentes identidades e experiências, contribuindo para a valorização da pluralidade cultural. Ao disponibilizar obras que dialoguem com realidades distintas, a biblioteca torna-se instrumento de inclusão simbólica, favorecendo o sentimento de pertencimento e participação na vida escolar.

A articulação entre biblioteca e currículo representa elemento fundamental para a efetividade das políticas de leitura. Nesse sentido, conforme Brasil (2017) orienta nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, a formação leitora deve ser desenvolvida de maneira transversal ao longo da educação básica. Tal perspectiva reforça a importância da

biblioteca como suporte pedagógico para projetos de pesquisa, produção textual e interpretação crítica.

A dimensão internacional das políticas educacionais também contribui para ampliar a compreensão do direito à leitura. Nesse contexto, ao defender a “educação inclusiva e equitativa de qualidade” UNESCO (2016) ressalta que os sistemas educacionais devem oferecer recursos culturais e informacionais acessíveis a todos os estudantes, fortalecendo ambientes de aprendizagem democráticos e socialmente comprometidos com a equidade.

Logo, a universalização das bibliotecas escolares representa desafio que ultrapassa a criação de estruturas físicas. A efetivação desse direito depende de políticas públicas consistentes, investimento contínuo e integração com o projeto pedagógico das escolas. Ao fortalecer o acesso à leitura e à informação, a biblioteca contribui para a construção de ambientes educativos mais democráticos, capazes de promover aprendizagem significativa, participação social e formação cidadã.

Mediação da leitura e cidadania cultural na escola

A mediação da leitura na escola ocupa lugar estratégico na formação de sujeitos capazes de participar da vida cultural de maneira crítica e autônoma. Mais do que promover o contato com livros, esse processo envolve criar condições para que estudantes interpretem, dialoguem e atribuam sentido aos textos que circulam no ambiente escolar. Nesse horizonte, a biblioteca e a sala de aula tornam-se espaços complementares de formação leitora, nos quais o acesso ao conhecimento se articula à construção da cidadania cultural e à ampliação das experiências intelectuais.

Nesse cenário educativo, práticas de leitura mediada contribuem para transformar o contato com o texto em experiência significativa. A organização de projetos leitores, rodas de conversa e atividades de interpretação coletiva favorece a construção de sentidos compartilhados e amplia o repertório cultural dos estudantes. Assim, a escola deixa de tratar a leitura como atividade meramente instrumental e passa a compreendê-la como prática social fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica e para o fortalecimento da participação cultural no cotidiano escolar.

Nessa perspectiva, a mediação da leitura exige planejamento pedagógico e compreensão de seu papel formativo. Conforme observa Nascimento (2022), a biblioteca escolar possui função pedagógica que

ultrapassa a simples guarda de acervos, atuando na construção de percursos leitores e no apoio às práticas docentes. Ao reconhecer esse papel educativo, a instituição escolar amplia as possibilidades de interação entre estudantes, textos e conhecimentos, fortalecendo uma cultura de leitura que contribui para a formação intelectual e cidadã.

Sob essa compreensão, a mediação literária envolve não apenas o acesso ao livro, mas também a construção de vínculos simbólicos entre leitores e textos. Quando a escola cria ambientes favoráveis à leitura, abre-se espaço para experiências que estimulam imaginação, reflexão e sensibilidade. Dessa forma, o encontro com obras literárias e textos informativos contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, ao mesmo tempo em que favorece o reconhecimento da diversidade cultural presente na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a literatura sobre leitura destaca a importância da mediação cultural na formação de leitores. Como afirma Petit, a leitura pode representar “um espaço de reconstrução simbólica da experiência” (PETIT, 2009, p. 42), especialmente quando acompanhada por práticas de escuta e diálogo. Em perspectiva convergente, Chartier recorda que ler implica compreender que os textos circulam em diferentes suportes e contextos, afirmando que o leitor contemporâneo transita “do livro ao universo digital” (CHARTIER, 1999, p. 18), o que exige orientação crítica.

Além disso, a biblioteca escolar assume papel fundamental na organização dessas experiências culturais. Nessa direção, Perrotti e Pieruccini afirmam que a mediação constitui “um processo de construção de sentidos entre sujeitos e bens culturais” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 56). Tal compreensão evidencia que a leitura não ocorre de forma isolada, mas se desenvolve em contextos sociais e educativos que estimulam o diálogo, a interpretação e a produção de significados compartilhados no interior da comunidade escolar.

A consolidação de práticas de mediação também depende da integração entre biblioteca, professores e estudantes. Quando essas instâncias atuam de forma articulada, a leitura deixa de ser atividade periférica e passa a ocupar posição central no projeto pedagógico da escola. Projetos interdisciplinares, sequências didáticas e atividades de pesquisa orientada contribuem para ampliar o uso do acervo e fortalecer a formação de leitores capazes de interpretar diferentes linguagens e discursos presentes na sociedade.

Nesse contexto, as funções da biblioteca escolar assumem caráter educativo e social mais amplo. Lipinski e Cristovam ressaltam que esse espaço desempenha “funções educativa, cultural, social e recreativa”, ampliando o acesso ao conhecimento e favorecendo a formação integral dos estudantes (LIPINSKI; CRISTOVAM, 2021, p. 75). Dessa maneira, a biblioteca se configura como ambiente de aprendizagem no qual a leitura se articula à convivência, à pesquisa e ao desenvolvimento de práticas culturais compartilhadas.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre leitura e construção da cidadania cultural. Ao ampliar o acesso a diferentes obras, autores e perspectivas, a escola possibilita que estudantes entrem em contato com múltiplas narrativas sociais. Nesse sentido, Petit lembra que a leitura pode favorecer a construção da subjetividade e da participação cultural, pois representa “uma experiência que permite ao leitor situar-se no mundo e reinventar seu lugar nele” (PETIT, 2009, p. 67).

A presença ativa da biblioteca escolar também contribui para fortalecer práticas pedagógicas mais reflexivas e investigativas. Professores e mediadores podem orientar os estudantes na busca por informações, na interpretação de textos e na produção de conhecimento. Desse modo, a leitura deixa de ser atividade isolada e passa a integrar processos de pesquisa, argumentação e análise crítica, fundamentais para a formação intelectual e para o exercício da cidadania em sociedades marcadas pela circulação intensa de informações.

A partir dessas reflexões, torna-se evidente que a mediação da leitura constitui elemento estruturante para o desenvolvimento da cultura escrita na escola. Ao promover encontros entre estudantes, textos e diferentes manifestações culturais, a instituição educativa amplia oportunidades de aprendizagem e contribui para reduzir desigualdades de acesso ao conhecimento. Dessa forma, a leitura assume papel central na construção de trajetórias escolares mais inclusivas e socialmente comprometidas.

Em síntese, compreender a mediação da leitura como prática pedagógica e cultural permite reconhecer sua importância na formação de sujeitos críticos e participativos. Quando a escola valoriza a biblioteca como espaço educativo e investe em práticas de mediação qualificadas, cria-se um ambiente favorável à construção da cidadania cultural. Assim, a leitura deixa de ser apenas instrumento de aprendizagem e passa a constituir experiência formativa capaz de ampliar horizontes intelectuais e culturais.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, buscou-se analisar a mediação da leitura e o papel da biblioteca escolar como espaço formativo capaz de promover cidadania cultural, equidade e participação no ambiente educacional. A reflexão desenvolvida evidencia que a leitura, quando compreendida como prática social e cultural, ultrapassa a dimensão instrumental da alfabetização e assume papel central na formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar informações, dialogar com diferentes perspectivas e participar de maneira consciente da vida social. Nesse contexto, a biblioteca escolar emerge como ambiente privilegiado para a circulação de conhecimentos, experiências culturais e práticas de aprendizagem colaborativa.

As discussões apresentadas demonstram que a biblioteca escolar, quando integrada ao projeto pedagógico da escola, pode constituir-se como espaço educativo estratégico para o desenvolvimento da cultura escrita e para o fortalecimento das práticas de mediação da leitura. A organização de acervos diversificados, a realização de atividades mediadoras e a articulação entre biblioteca, professores e estudantes contribuem para ampliar o acesso ao conhecimento e favorecer experiências leitoras significativas. Dessa forma, a biblioteca deixa de ocupar posição periférica na escola e passa a desempenhar papel ativo na construção de trajetórias educativas mais consistentes e inclusivas.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre biblioteca escolar e cidadania cultural. Ao ampliar o acesso a diferentes obras, narrativas e formas de expressão, a escola contribui para a valorização da diversidade cultural e para o desenvolvimento de competências interpretativas fundamentais para a vida em sociedade. A mediação da leitura, nesse sentido, favorece a construção de espaços de diálogo, reflexão e participação, nos quais estudantes podem desenvolver sensibilidade crítica, autonomia intelectual e capacidade argumentativa diante dos desafios contemporâneos.

Entretanto, a consolidação desse potencial formativo depende de políticas públicas consistentes e de práticas institucionais comprometidas com o direito à leitura. A universalização das bibliotecas escolares, a garantia de acervos atualizados e a formação de profissionais capazes de atuar na mediação cultural representam condições fundamentais para que esses espaços possam cumprir plenamente sua função educativa. Sem planejamento, investimento e continuidade nas ações, a biblioteca corre

o risco de permanecer subutilizada, limitando sua contribuição para a aprendizagem e para a formação cultural dos estudantes.

Dessa maneira, torna-se fundamental reconhecer a biblioteca escolar como serviço educacional permanente, integrado ao currículo e às políticas de formação leitora. Ao promover práticas de leitura, pesquisa e convivência cultural, a biblioteca contribui para a construção de ambientes educativos mais democráticos e participativos. Nesse sentido, a mediação da leitura revela-se instrumento essencial para fortalecer o direito à cultura escrita e ampliar oportunidades de aprendizagem no interior da escola.

Por fim, conclui-se que a biblioteca escolar possui potencial significativo para atuar como espaço de equidade e participação cultural, desde que sustentada por ações pedagógicas intencionais, políticas públicas estruturantes e gestão escolar comprometida com a democratização do acesso ao conhecimento. Ao articular leitura, mediação e formação cidadã, esses espaços podem contribuir para a construção de uma escola mais inclusiva, crítica e culturalmente viva, na qual o direito à leitura se converta em experiência cotidiana de aprendizagem e participação social.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.** Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).** Brasília: Ministério da Cultura; Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll/plano-nacional-do-livro-e-leitura>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: UNESP, 1999.

FÉLIX, Andreza Ferreira; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. **Cultura escolar e ação pedagógica na biblioteca: uma análise de artigos**

do XXIV CBBB. *Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB)*, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbb2019/article/view/1249/1250>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LIPINSKI, Bárbara; CRISTOVAM, Poliana Fragatti. **A biblioteca escolar como agente potencializador do processo de ensino-aprendizagem: funções educativa, cultural, social e recreativa.** *Biblioteca Escolar em Revista*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 61-81, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/berev/article/download/178594/171850/491079>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LIPINSKI, Bárbara; CRISTOVAM, Poliana Fragatti. **A biblioteca escolar como agente potencializador do processo de ensino-aprendizagem: funções educativa, cultural, social e recreativa.** *Biblioteca Escolar em Revista*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 61-81, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/berev/article/download/178594/171850/491079>. Acesso em: 25 mar. 2025.

NASCIMENTO, Vitória Ribeiro. **A importância da função pedagógica na biblioteca escolar brasileira.** *Ensaio Geral*, n. 2, p. 69-96, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/download/50737/30198/179939>. Acesso em: 15 jan. 2025.

NASCIMENTO, Vitória Ribeiro. **A importância da função pedagógica na biblioteca escolar brasileira.** *Ensaio Geral*, n. 2, p. 69-96, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/download/50737/30198/179939>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. **A mediação cultural na biblioteca escolar.** São Paulo: ECA/USP, 2014.

PETIT, Michèle. **A arte de ler: ou como resistir à adversidade.** São Paulo: Editora 34, 2009.

SALA, Laila; MILITÃO, Silvio César Nunes. **Políticas públicas de leitura no Brasil: avanços, limites e desafios.** *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://rbdb.febab.org.br/rbdb/article/view/1320>. Acesso em: 20 mar. 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>

Acesso em: 12 mar. 2025.

UNESCO. **Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action for the implementation of Sustainable Development Goal 4**. Paris: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656>. Acesso em: 10 mar. 2025.

UNESCO. **School library guidelines**. Paris: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244975>. Acesso em: 10 mar. 2025.